

A cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo: leituras e questões

Márcio Roberto Alves dos Santos

Pesquisador independente

msmarciosantos@gmail.com

RESUMO

A carta geográfica intitulada *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil / Extraído do original do P.e Cocleo* é discutida a partir das leituras antigas e contemporâneas dele realizadas e das questões sugeridas pelos problemas de datação, elaboração de cópias e alterações no original. São propostos e desenvolvidos, a partir dessa fonte cartográfica, problemas históricos ligados à formação territorial do centro-sul da América portuguesa e à interiorização da ocupação luso-brasileira, entre as últimas décadas do século XVII e as primeiras do seguinte. Além da cópia do mapa de Jacobo Cocleo, são utilizadas outras fontes cartográficas, todas elas produzidas na primeira metade do século XVIII.

ABSTRACT

The geographic map entitled *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil / Extraído do original do P.e Cocleo* is discussed based on contemporary and ancient interpretations and the questions suggested by the problems of dating, making of copies and changes to the original. Historical problems related to the territorial formation of the south-central area of Portuguese America and the internalization of the Luso-Brazilian occupation, between the last decades of the seventeenth century and the first of the next, are proposed and developed based on this cartographic source. Besides the copy of the map of Jacobo Cocleo, are used other cartographic sources, all of them produced in the first half of the eighteenth century.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia histórica, Jacobo Cocleo, Ocupação e povoamento.

INTRODUÇÃO

A carta geográfica intitulada *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil / Extraído do original do P.e Cocleo*¹ consiste numa peça colorida, desenhada a nanquim, aquarelada e gravada em papel canson telado, de dimensões de 224 centímetros por 120,5 centímetros². A legenda exhibe quatro categorias de representação: catedrais, igrejas e capelas, fazendas e caminhos. Uma rosa dos ventos foi finamente representada. A moldura é formada por linhas cheias, entre as quais foram indicadas as coordenadas

¹ *Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil / Extraído do original do P.e Cocleo*. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798. Dados biográficos do jesuíta francês Jacobo Cocleo podem ser encontrados em Leite, 1938-1950.

² Essas informações técnicas foram retiradas do catálogo digital da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, instituição custodiadora do documento. Note-se que no catálogo o nome Cocleo foi erroneamente grafado como "Codeo".

geográficas do mapa. A escala foi indicada em léguas portuguesas, léguas hispânicas e léguas francesas, às quais correspondem, respectivamente, as medidas de 18 por grau, 17 por grau e 20 por grau. O mapa não exibe ilustrações. Não há indicação de autoria ou data de confecção da peça.

O espaço representado abrange a maior parte da costa e parte significativa do interior da América portuguesa. O litoral representado tem como limite norte o Maranhão e sul a costa catarinense, na altura de Laguna. Pelo interior, o mapa abarca as Minas Gerais, o interior da capitania do Rio de Janeiro, as vilas da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, as terras do sertão baiano e o vale do São Francisco, aprofundando-se até os rios da atual região centro-oeste do Brasil.

O mapa apresenta, de imediato, uma peculiaridade interessante. O desenho da carta foi feito aparentemente em posição horizontal, de modo que o eixo sul-norte corre, em relação ao observador, da esquerda para a direita, e não, como é mais comum, de baixo para cima. Por outro lado, os registros textuais (topônimos e notas históricas) foram anotados na posição usual, aparecendo, em razão dessa opção, deslocados de 90 graus em relação ao desenho. Como notou Francisco José Corrêa Martins (2009, p. 7), a posição “deitada” do mapa lembra opção similar utilizada no mapa *Portugallia et Algarbia quæ olim Lusitania*, mais conhecido como “Portugal deitado”, desenhado por Fernando Álvaro Seco e publicado em 1630. Parece-me, não obstante, que o método de desenho adotado pelo autor do mapa aqui estudado pode ser explicado mais como uma solução prática de trabalho do que como uma inspiração partida do mapa de Seco. Em razão das enormes dimensões da carta, o autor desconhecido da peça em questão deve ter estendido horizontalmente o papel sobre uma grande mesa, seguindo essa orientação no desenho do mapa. Ao grafar os dados textuais, no entanto, voltou à posição habitual de escrita. Daí o deslocamento de posição entre o desenho e os registros textuais.

Como o título informa, estamos diante de uma cópia, realizada por autor anônimo a partir do original confeccionado pela jesuíta Jacobo Cocleo (França, 1628; Bahia, 1710). Nessa cópia, que atualmente é a fonte de que dispomos para o acesso ao mapa de Cocleo, foram acrescentadas diversas informações que seguramente não constavam do original. Esse acréscimo de dados não justifica, a meu ver, a conclusão de Martins (2009, p. 6-7) de que “se trata, de fato, de um produto autônomo em relação ao que o Padre Jacobo Cocleo produziu”, “um produto distinto [do mapa original], elaborado com “finalidade diferente daquela do jesuíta”. A expressão “extraído do original do padre Cocleo” do título da peça não deixa dúvida quanto ao fato de que o mapa de Jacobo Cocleo foi a base utilizada pelo segundo autor, que teria se limitado a acrescentar registros novos ao original. Estaríamos, desse modo, diante de uma cópia modificada, mas ainda assim uma cópia, do mapa originalmente desenhado por Jacobo Cocleo. Podemos mesmo conjecturar que a peça à qual temos acesso seja o próprio original de Jacobo Cocleo, ao qual foram acrescentadas posteriormente informações, pois é pouco provável que o autor anônimo da cópia a confeccionasse com as dimensões presentes. Dada a importância desse problema, cabem algumas considerações.

A noção de respeito à inalterabilidade do original, tal como a conhecemos, certamente não era corrente nos séculos XVII e XVIII. Textos e cartas geográficas eram copiados e modificados com os mais variados propósitos. Essa tendência à cópia modificada marcou fortemente a produção cartográfica que tinha como objeto a América portuguesa. Os registros cartográficos tinham no Brasil seiscentista e setecentista um sentido utilitário de apoio à exploração e ocupação do espaço, sendo por isso aceitável, e mesmo desejável, que informações novas fossem acrescentadas a um mapa a partir de descobertas posteriores à sua confecção. E, mais, informações originais podiam ser “corrigidas” – isto é, apagadas ou encobertas – para dar lugar a dados novos sobre o território que se construía. É óbvio que essa liberalidade com relação aos originais pode ser explicada pela dificuldade de produção de cópias de documentos escritos. A carga de trabalho necessária para a produção de uma cópia tornava preferível alterar o original a mantê-lo intacto e produzir novas versões nas quais ele fosse modificado.

É, a esse respeito, instrutivo considerar três cartas geográficas, desenhadas em escala topográfica,³ que representam regiões pecuárias do médio São Francisco. Os três exemplares apresentam notável semelhança entre si, quanto ao estilo, caligrafia e conteúdo, o que permite aventar a possibilidade de que tenham sido desenhadas pela mesma pessoa. Um dos mapas parece mesmo ter sido um rascunho de outro. O traço é menos cuidadoso, sem aplicação de cores nos rios, povoações e fazendas e sem as hachuras que sombreiam os morros, presentes na carta definitiva. Em dois pontos da primeira carta o autor indicou textualmente, como num plano do que seria o mapa, os elementos a serem nele representados: “nove fazendas de gado no Rio Curunhana [Carinhanha]” e “seis faz. no Rio de Urucuia”. Com efeito, o mapa definitivo apresenta nove fazendas de gado nas margens do primeiro rio e seis no segundo, essas últimas com indicação dos proprietários. Uma nota histórica, alusiva à persistência da ameaça indígena às fazendas de gado da banda esquerda do São Francisco, aposta no lado esquerdo do rascunho, reaparece, com ligeiras variações de texto, no segundo mapa. Em algum momento o autor considerou satisfatório o seu rascunho, ou desistiu do que pretendia fosse a carta definitiva, iniciando novamente o trabalho, pois riscou transversalmente a primeira carta, como a invalidá-la.

³ Norman Thrower (1972, p. 81 e 258) identifica os três tipos de mapa definidos pela classificação tradicional: (a) de escala pequena ou geográfica; (b) de escala média ou intermediária; e (c) de escala grande ou topográfica. Essa última classe consistiria na “representação sistemática de uma pequena parte da superfície terrestre, mostrando características físicas (relevo, hidrografia) e características culturais (estradas, fronteiras administrativas)”. “Esses mapas em escala grande”, continua o autor, “apresentam tanto as características horizontais quanto as verticais numa forma mensurável”.



Figura 01: [Demonstração dos afluentes do rio São Francisco, em Minas Gerais]. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. É possível que esse esboço seja um rascunho da carta seguinte.



Figura 02: [Demonstração do rio São Francisco, em Minas Gerais]. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Na terceira carta desse conjunto o autor parece ter se preocupado em representar novamente, em maior escala e com algum refinamento das informações gráficas e textuais, uma parte do mapa definitivo discutido no parágrafo anterior. Trata-se do trecho do rio São Francisco entre a foz do Paracatu e a povoação de Malhada, localizada um pouco ao norte da foz do Verde Grande.



Figura 03: [Parte do rio São Francisco, com seu afluente, o rio Verde, ao norte da Capitania de Minas Gerais].
Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. É possível que se trate de um recorte detalhado da carta anterior, elaborado pelo mesmo autor.

Na segunda carta da série aparecem topônimos, nomes de proprietários, indicações de distâncias e uma nota histórica escritos com caligrafia e cor diferentes das originais, podendo indicar que se trate de informações acrescentadas posteriormente à confecção do mapa. Poderíamos, portanto, estar diante de um mapa trabalhado tanto pelo seu autor quanto por outras pessoas que, anos ou décadas após a sua elaboração, teriam incluído novas informações no documento.

Vê-se, por conseguinte, que invalidar um primeiro esboço riscando-o ou mesmo alterar a versão original de um mapa aderindo-lhe registros novos podiam ser práticas comuns na cartografia seiscentista e setecentista. Certamente os mapas valiam muito mais como registros práticos da exploração e ocupação do território, orientando novas incursões e frentes de povoamento, do que como dados intocáveis de memória, na forma como os concebemos hoje.

Consideremos agora o problema da datação do documento. Tentativas de datá-lo foram feitas em Silva (1934) e Renger e Machado (2005), tendo-se, em ambos os casos, inferido que seria da altura de 1700. Todavia, uma notícia de 1696 nos permite inferir que o mapa original de Jacobo Cocleo já se encontrava concluído ou próximo de estar concluído naquele ano. Já o informa o autor do documento no seu título: “Notícia certa da extensão da ilha do Rio de S. Francisco e qualidade das terras que se sinalaram na ordem do governador a cada uma das três aldeias de Achará, Rodela e Zarabadê, enviada pelo padre Agostinho Correia, que lá assiste por missionário da companhia de Jesus, ao padre provincial Alexandre de Gusmão, e confirmada pelo padre Antonio Barbosa, que lá esteve dois anos e reconhecida pelo padre Jacobo Cocleo, no seu mapa geográfico, por informações seguras que teve, contra o que afirmaram os procuradores das donas da terra, queixando-se com S. Mag.^{de}”⁴

Figura 4 – Autógrafo de Jacobo Cocleo. Fonte: “Notícia certa...”, 16/06/1696. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 32, doc. 4095.

Além de nos permitir recuar até a altura de 1696 a confecção do mapa original de Jacobo Cocleo, a notícia dada pelo padre Agostinho Correia informa que o documento cartográfico em questão já era, quando da sua produção, base para a defesa de posições quanto a controvérsias fundiárias. Nesse caso buscavam os religiosos da Companhia de Jesus garantirem para si a administração de três aldeamentos missionários são-franciscanos, contra as pretensões territoriais da poderosa Casa da Torre. Note-se que, como afirma o padre Correia, os três aldeamentos realmente constam do mapa de Cocleo, com ligeiras diferenças de grafia.

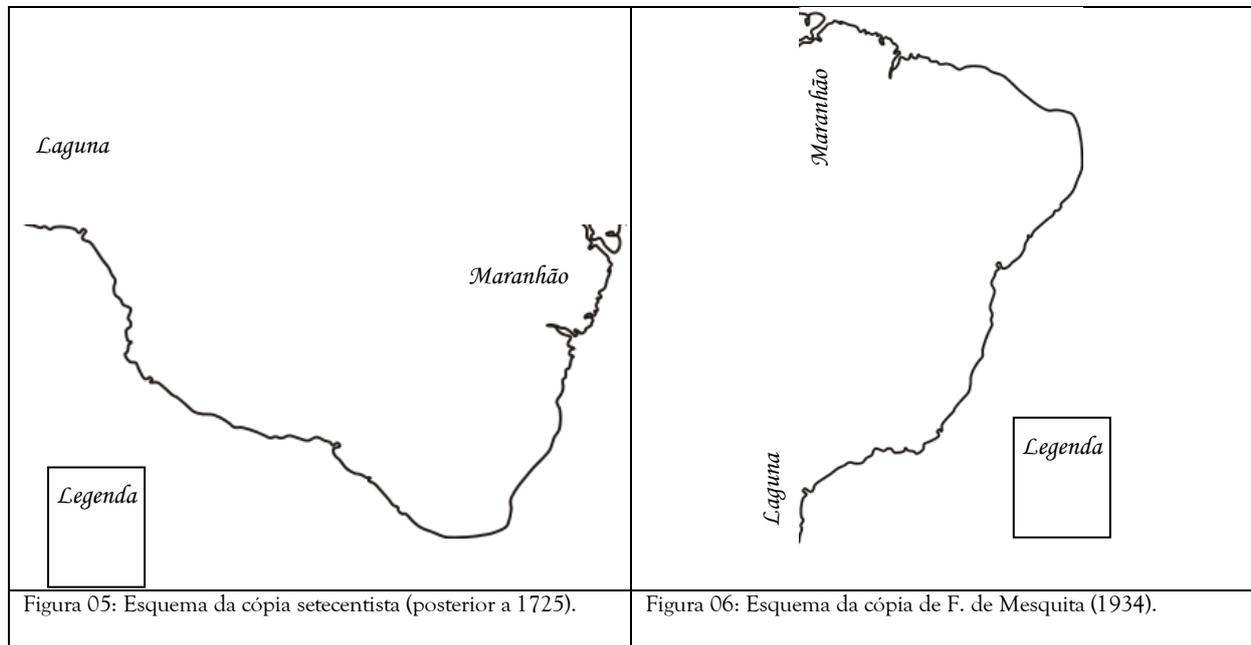
⁴ “Notícia certa...”, 16/06/1696. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 32, doc. 4095. Os autógrafos de Jacobo Cocleo e de João Antonio Andreoni (Antonil) constam do final do texto.

Se o mapa original já estava confeccionado em 1696, a cópia a que hoje temos acesso deve ser pelo menos 29 anos posterior a ele. Na versão presente já é representada a Vila do Rio das Contas, tendo sido a povoação elevada a essa categoria em 1725. Seria esse, a partir das inferências que fiz, o ano mais avançado indiretamente referido no mapa em questão. Podemos considerar, portanto, que a última cópia do mapa do padre Cocleo tenha sido realizada em data posterior a 1725. Refiro-me à “última” cópia porque não temos elementos para excluir a possibilidade de que o mapa tenha passado por mais de uma alteração entre a versão original e a cópia a que temos acesso.

A cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo não parece ter despertado grande interesse antes da recente voga de estudos de cartografia histórica. Na década de 30 do século XX o pesquisador Moacir Silva (1934) incluiu um pequeno capítulo sobre o mapa em obra voltada para a história dos caminhos e rodovias fluminenses. Nas três páginas do capítulo o autor se detém nos caminhos que deixavam o Rio de Janeiro, no início do século XVIII, em direção a Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Ainda que a carta geográfica em questão seja a única fonte de Silva nesse passo do livro, o comentário final do autor não é especialmente animador em relação à cópia setecentista do mapa de Cocleo: “O mapa do Padre Cocleo, não obstante inçado de erros geográficos, principalmente quanto aos rios, e de sua toponímia, por vezes difícil de identificar com a atual, é um documento cartográfico curioso e interessante” (SILVA, 1934, p. 69).

O que me parece, todavia, mais interessante no livro de Silva é a publicação de uma cópia de parte do mapa em questão, elaborada pelo cartógrafo F. de Mesquita e intitulada “Trecho de uma carta, original, existente na 5ª. Secção do Estado Maior do Exército”. O cartógrafo copiou parte significativa do mapa, reproduzindo em papel toda a sua área central, representada pela faixa costeira do Recôncavo Baiano ao litoral paulista, na altura da vila de São Paulo, e, pelo interior, até o rio São Francisco.

No seu desenho, o cartógrafo optou por “corrigir” a orientação original do mapa, tirando-o da posição “deitada” e reposicionando-o verticalmente – isto é, “de pé” – em relação ao leitor, de modo que o norte assumiu a direção habitual, no sentido da página. Esse método, entretanto, levou a que os registros textuais do mapa se deslocassem de 90 graus; por isso, na cópia de Mesquita a maior parte dos topônimos e notas históricas aparece invertida, em posição vertical em relação ao leitor. Deve-se destacar que aqui estamos diante de um outro tipo de alteração do “original”, por meio da qual o copista reorienta a direção do mapa copiado. Ainda que o objetivo possa ter sido facilitar a visualização da carta, é evidente que essa opção de desenho distorce a matriz, conferindo-lhe uma orientação que originalmente não tinha.



Quanto aos demais elementos do mapa, o cartógrafo parece ter sido fiel ao “original”, isto é, à cópia setecentista. Elementos topográficos, hidrográficos, fitográficos e toponímicos, bem como as notas históricas, foram reproduzidos no trabalho de Mesquita. Note-se, não obstante, que o copista omitiu na sua peça as coordenadas geográficas indicadas na cópia setecentista. Essa cópia de 1934 é útil por reproduzir elementos que hoje, 77 anos depois, já foram danificados no mapa, cujo estado atual é precário. Nas figuras abaixo foram recortadas partes da cópia setecentista e da cópia de Mesquita que retratam as mesmas regiões, mantendo-se a posição original da carta em cada caso.



Figura 08: Parte da cópia setecentista. Fonte: Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil / Extraído do original do P.º Cocleo. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798.

A figura 8 nos é útil ainda para outro fim. Ela reproduz a percepção que Jacobo Cocleo e o autor anônimo da cópia setecentista tiveram de uma região colonial que estava, no início do século XVIII, entre as mais dinâmicas da América portuguesa. Três grandes áreas auríferas das Minas Gerais são representadas no mapa em questão: Vila Rica e Ribeirão [do Carmo], Minas do Rio das Velhas e Serro do Frio.

E é exatamente esse extrato do mapa que nos remete a mais algumas intrigantes questões relacionadas à datação do documento. Se a carta contém, como vimos, referências que só foram conhecidas depois de 1725, não se explica, por outro lado, que as informações relativas às Minas Gerais estejam ainda num

estado embrionário. Afóra Vila Rica, elevada a essa categoria em 1711, nenhuma das sete demais vilas criadas nas Minas Gerais até 1718 são citadas. O autor da cópia setecentista desconhecia os principais núcleos urbanos surgidos e dinamizados na região com a descoberta das jazidas auríferas. A zona mineradora nucleada na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (1711) é citada simplesmente como “Minas do Rio das Velhas”, notando-se a alguma distância uma pequena serra denominada “Sabarabusu” [sic], sem dúvida uma obsoleta referência ao lendário morro que, ao longo do Seiscentos, se acreditava abrigasse riquezas minerais. Na zona do “Serro do Frio” são omitidas a Vila do Príncipe (1714) e os arraiais mineradores do entorno. A Vila de São João del-Rei, elevada a essa categoria em 1713, merece apenas uma sumária referência ao primeiro povoador português da região, Tomé Portes [del Rei]. E mesmo a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (1711), de certa forma a primeira sede urbana das Minas Gerais, é denominada simplesmente “Ribeirão”.

O que se poderia concluir sobre esse problema é que o autor da cópia setecentista, presumivelmente por desconhecimento da ocupação das Minas Gerais na terceira década do século XVIII, quando supostamente teria produzido a peça, tenha mantido para a região as informações originais do mapa de Jacobo Cocleo. Vemo-nos, assim, diante de uma situação curiosa, em que o mapa original é modificado apenas parcialmente, conservando-se, para a capitania mineradora, então em franco processo de expansão urbana, os registros primitivamente gravados por Cocleo por volta da última década do Seiscentos. Dessa limitação regional da cópia setecentista teria escapado apenas Vila Rica, devidamente identificada como tal no mapa. A propósito, esse centro urbano foi elevado à categoria de vila em 1711, um ano depois da morte do jesuíta, o que leva à conclusão que a sua inclusão no mapa se deu a posteriori, possivelmente por obra do autor anônimo da cópia setecentista.

Na atualidade a cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo tem sido alvo de crescente interesse. Costa (2004; 2005) incluiu reproduções ilustrativas do mapa e comentários sobre a sua importância histórica em coletâneas cartográficas. Renger e Machado (2005) discutiram a carta em artigo sobre os registros cartográficos da ocupação das Minas Gerais. Martins (2009) discutiu o mapa em texto sobre exemplares cartográficos custodiados pela mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. Utilizei esse documento cartográfico como uma das fontes para a discussão histórica realizada nos trabalhos de Mestrado e de Doutorado (SANTOS, 2004; 2009; 2010).

Um ponto merece discussão no texto de Renger e Machado. Para os autores, a representação, no mapa, de cerca de 50 fazendas de gado no trecho são-franciscano entre os rios das Velhas e Carinhanha, correspondendo a uma distância média de duas a três léguas entre um e outro estabelecimento, seria “uma prova irrefutável da ocupação do norte de Minas a partir da Bahia e Pernambuco anterior à chegada dos bandeirantes paulistas na corrida do ouro”. Preliminarmente, deve-se ressaltar que aqui os autores ecoam a antiga polêmica que tenho denominado *problema da precedência nas entradas*. Essa controvérsia

historiográfica envolveu, na primeira metade do século XX, a disputa entre historiadores paulistas, de um lado, e baianos e mineiros, de outro, a propósito do pioneirismo na ocupação do sertão dos rios São Francisco e das Velhas. Como desenvolvi em outra oportunidade, a disputa reflete o contexto de conflitos regionais característico da República Velha, tendo, portanto, muito mais a ver com as questões políticas das primeiras décadas do século XX do que com o período colonial propriamente dito.⁵ Eventualmente ainda se vêem ecos desse problema na produção historiográfica contemporânea, como é o caso.

Do ponto de vista estrito da carta geográfica em questão, pode-se, jogando com os dois tempos da peça – a última década do Seiscentos, quando teria sido elaborada a sua versão original, e um momento posterior a 1725, quando deve ter sido confeccionada a sua cópia setecentista – colocar pelo menos duas dificuldades à assertiva de Renger e Machado. É de todo possível que as 50 fazendas são-franciscanas tivessem sido desenhadas apenas na cópia posterior a 1725, não constando do mapa original de Jacobo Cocleo. A representação das fazendas na peça não é, de per si, prova irrefutável de que já existissem quando Cocleo desenhou a versão original do mapa; os próprios Renger e Machado afirmam ser a carta a que temos acesso uma “cópia”. Se é cópia, como de fato o é, em tese qualquer inscrição dela constante pode ser atribuída à versão desenhada depois de 1725.

O mesmo jogo temporal, no sentido inverso, pode ser aplicado ao problema da quase total ausência de representação, no mapa, de fazendas de gado ao longo do rio das Velhas. Se a cópia é posterior a 1725, ou seja, de um período em que a demanda das minas por carne bovina já se consolidara, porque são representadas apenas duas fazendas no eixo desse rio? Se os 760 quilômetros do rio das Velhas estão praticamente vazios de ocupação pecuária, haveria um hiato econômico entre a zona pecuária do médio São Francisco e as minas, o que reforça a hipótese de que as duas regiões estivessem desconectadas mesmo quando já ia avançada a exploração aurífera. Essa conjectura sugerida pelo mapa dificulta a hipótese de uma zona pecuária contínua instalada a noroeste das minas antes dos primeiros achamentos de ouro pelos paulistas. Essa seria a explicação histórica da ausência de representação de fazendas de gado ao longo do rio das Velhas. Elas simplesmente não existiam na altura da confecção do mapa. A explicação factual, não obstante, pode ser outra. Como vimos acima, o autor da cópia setecentista conhecia muito pouco a situação do povoamento das Minas Gerais nas primeiras décadas do XVIII. A omissão das fazendas do rio das Velhas seria apenas uma consequência do desconhecimento do autor da cópia.

Aprofundemos a primeira explicação, de base histórica. A não ocupação econômica do rio das Velhas – bem entendido, da maior parte do seu curso, que se iniciava depois das últimas jazidas da zona mineradora nucleada na Vila Real do Sabará, pertencente ao trecho alto do rio –, mostrada pelo mapa, é, de certa forma, confirmada por dois outros documentos. Em 1702, atendendo a solicitação do governador-

⁵ Para uma resenha desse problema histórico, *vide* Santos, 2009.

geral, o sertanista reinol Domingos Afonso Sertão elaborou uma descrição dos principais caminhos que percorriam o interior da capitania da Bahia e o conectavam às regiões vizinhas.⁶ O texto, apesar de sucinto, é um dos mais valiosos para o tema dos caminhos, tanto por se tratar de um dos sertanistas mais experientes da América portuguesa, como por estarmos diante de um dos primeiros documentos sobre a situação geral dos caminhos baianos num momento histórico especial, quando avançava o povoamento luso-brasileiro do interior da Bahia e de áreas vizinhas como as minas do ouro e o Piauí.

Um dos caminhos descritos por Sertão é a grande rota que ligava a cidade da Bahia a Jacobina e daí ao Morro do Chapéu, para sair no São Francisco, na altura da barra do rio Paramirim. Desse ponto a rota seguia pelo São Francisco acima, possivelmente por um caminho marginal ao rio, até a barra do rio das Velhas, de onde, viajando paralelamente ao curso desse último rio, chegava-se às minas do ouro. Sertão calcula 340 léguas para a distância total desse percurso. Informa ainda que o longo trecho paralelo ao São Francisco (100 léguas) era todo povoado de currais de gado de uma e de outra banda. Mas, continua o autor do documento, o trecho paralelo ao rio das Velhas (também de 100 léguas) era despovoado. Se Sertão estiver correto, nos primeiros anos do século XVIII o vale do rio das Velhas, como também o mostra o mapa em questão, permanecia sem ocupação pecuária.

Um segundo documento reforça esse ponto de vista. Ele envolve as circunstâncias históricas da abertura da extensa ligação da Bahia com a região das minas do ouro, que a partir de 1720 se tornaria a capitania das Minas Gerais.⁷ Segundo informa o paulista João de Góis e Araújo ao governador-geral, em 1701, fora ele escolhido, no ano anterior, pelos mineradores que trabalhavam nas novas jazidas, para levar a Dom João de Lencastro requerimento no sentido de que se abrisse essa via, pois o caminho então existente, a partir de São Paulo e do Rio de Janeiro, não atendia à demanda de abastecimento da região mineradora.

João de Góis informa que a cidade do Rio de Janeiro e as vilas (paulistas) do sul tinham pouco gado, que mal bastava para os engenhos e as lavouras das vizinhanças. Nas áreas do sul, segundo o explorador, não havia a largueza de campos e pastos característica do rio São Francisco, por serem terrenos montanhosos e ásperos. O gado criado nessas regiões não era, portanto, suficiente para abastecer as minas. Tornava-se, assim, imprescindível haver uma comunicação por terra entre as minas, os currais do São Francisco e a Bahia.

⁶ [Carta de Domingos Afonso Sertão para o governador-geral], 15/01/1702. Arquivo da Casa de Cadaval, Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 399-400 e 395-396 (cópia). Publ. em Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 401-402. O manuscrito constante do Arquivo da Casa de Cadaval não está assinado. A atribuição da carta a Domingos Afonso Sertão foi feita por Rau, Virginia Roberts; Silva, Maria Fernanda Gomes. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra: Universidade, 1954. v. 2, p. 34.

⁷ [Carta de João de Góis e Araújo para Dom João de Lencastro], 06/03/1701. Arquivo da Casa de Cadaval. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 482-483. Publ. em Antonil, *op. cit.*, p. 393-395.

Para esse fim, João de Góis liderara uma expedição, partida da Bahia, que definira a nova rota. Quando chegara ao seu termo, já na região das minas, o explorador fora entusiasticamente recebido pelos mineradores, que imediatamente se animaram a ir buscar nos currais do São Francisco o gado de que necessitavam. Um genro e dois cunhados de Manuel da Borba Gato, que assistia nas minas, seguiram com João de Góis em parte da sua viagem de volta à Bahia. Uma vez chegados ao arraial de Matias Cardoso, lá se abasteceram do que precisavam e retornaram às minas. Para o explorador, essa era a prova cabal da importância do caminho que abria: se as regiões sulinas pudessem abastecer de gado as minas, por que se resolveriam os mineradores a irem buscá-lo no São Francisco, por um caminho que para eles ainda estava inculto?

Esse documento é importante não só quanto ao tema dos caminhos. Além de mostrar que a ligação viária da Bahia com as minas do ouro é posterior aos primeiros achamentos do metal, desfazem a ideia de que o rio das Velhas já estivesse ocupado por fazendas de gado na primeira fase da extração aurífera. O documento mostra, pelo contrário, como vimos, que era necessário buscar gado nos currais da Bahia ou, como indica mais precisamente a carta de João de Góis e Araújo, no rio São Francisco. O mesmo afirma Artur de Sá e Meneses, governador da capitania do Rio de Janeiro, em carta a Dom João de Lencastro, escrita em 1700, durante a estada do primeiro nas minas.⁸ A carta é emitida da povoação do Rio das Velhas, futura Vila Real de Sabará, nas margens do alto rio das Velhas. Escrevendo nesse lugar, que era então o núcleo luso-brasileiro mais importante do vale do rio, Meneses informa da falta de mantimentos nas minas e da necessidade de se mandar buscar gado nos currais da Bahia e de Pernambuco. Como informará Domingos Afonso Sertão apenas 14 meses depois, o rio São Francisco estava, no período, ocupado por fazendas de gado nas duas bandas, mas o rio das Velhas não era ainda povoado (por luso-brasileiros).

A documentação relativa à entrada de João de Góis e Araújo é ainda importante por revelar que a abertura do chamado “caminho dos currais e Bahia”, a extensa via que ligava o Recôncavo Baiano, o São Francisco, o rio das Velhas e as minas, foi obra de um minerador paulista, agindo por ordem de Dom João de Lencastro e tendo como ponto de partida a cidade da Bahia.⁹ E, para voltarmos às controvérsias historiográficas do século XX, ficam assim atendidos gregos e troianos: se por um lado o caminho da Bahia não é anterior à descoberta do ouro e foi obra de um paulista, por outro ele o abriu a partir da Bahia e não

⁸ “Cópia da carta que Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, escreveu ao S.^o Dom João de Lencastro, governador e capitão geral deste Estado do Brasil”, 30/11/1700. Arq. Casa Cadaval – Cód. 1087, ff. 481-481v. In: Antonil, André João. *op. cit.*, p. 355-356.

⁹ Sobre a abertura do caminho, *vide* ainda carta de Dom João de Lencastro ao rei, em que o governador-geral refere-se à importância de se criarem duas vilas, uma na barra do rio das Velhas e a outra na barra do rio Verde Grande, por serem os únicos lugares abundantes de mantimentos naqueles sertões. Esses lugares já estariam, segundo o autor da carta, ligados às minas e à cidade da Bahia pelo caminho que ele mandara descobrir. “Cópia do papel que o S.^o Dom Joam de Lencastro fez sobre a recadaçam dos quintos do ouro das minas que descobrirão neste Brazil, na era de 1701”, 12/01/1701. Arq. Casa Cadaval – Cód. 1087, ff. 488-490. *Apud* Antonil, *op. cit.*, p. 397-400.

agiu de forma autônoma, o que é comumente associado às incursões paulistas, mas sob as ordens do governador-geral.

Provavelmente confeccionado por volta da última década do Seiscentos, o mapa do jesuíta Jacobo Cocleo pode ter passado por mais de uma modificação até que chegasse à versão hoje depositada no Arquivo Histórico do Exército. Essa cópia, como vimos, contém informações que só se tornariam realidade depois de 1725. Pelo menos três décadas, portanto, separariam a versão original da versão a que hoje temos acesso. Nesse intervalo de tempo, é possível que outras pessoas, que não só o autor anônimo da cópia setecentista, tenham introduzido alterações no original de Jacobo Cocleo. Por outro lado, alguns registros originais podem ter remanescido na cópia presente, seja porque os espaços por eles descritos não sofreram modificação nesses três decênios, seja, o que é mais provável, porque o autor da cópia setecentista não conhecia as transformações históricas que alteraram o perfil dessas regiões em relação ao que eram nos tempos de Cocleo.

A conclusão a que se pode chegar é que estamos diante de uma peça histórica em que vários tempos se justapõem e sobrepõem, um raro exemplar cartográfico caracterizado pela incerteza e ambiguidade, mas também pela profusão e riqueza de informações que nos provê do povoamento luso-brasileiro da América portuguesa no decisivo período entre as últimas décadas do século XVII e as primeiras do seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, A. G. (Org.); RINGER, F. E.; FURTADO, J. F.; SANTOS, M. M. D. dos. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Lisboa/Belo Horizonte, KAPA e UFMG, 2004.
- COSTA, A. G. (Org.); NOGUEIRA, M. M.; FURTADO, J. F.; ROMEIRO, A.; ANTUNES, M. T. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte/Lisboa, Editora UFMG - Kapa, 2005.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1950. 10 v.
- MARTINS, F. J. C. Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. In: *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Anais*, Ouro Preto, 2009 (CD-Rom). (<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/trab-ibero-americano-costa-ag-santos-mmd2.pdf>)
- RENGER, F. E.; MACHADO, M. M. M. Do descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais, In: *I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2005. (<http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/friedrichewaldrenger.htm>), Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Edusp, 2009.

- SANTOS, M. R. A. dos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande: 1688-1732*. 2004. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- SANTOS, M. R. A. dos. *Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750*. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Texto no prelo, aprovado para publicação pela Editora da Universidade de São Paulo (<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/pt-br.php>).
- SILVA, M. *Kilometro Zero : caminhos antigos – estradas modernas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1934.
- THROWER, N. J. W. *Maps and Civilization: Cartography in Culture and Society*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1972.